

TCU manda governo controlar cartão

Tribunal aprova uso de cartões de crédito corporativo, mas exige mudanças no sistema de controle para evitar abusos de funcionários

José Ramos

O Tribunal de Contas da União (TCU) aprovou o uso de cartões de crédito por funcionários do governo federal, mas exigiu mudanças nos controles para evitar abusos e para que se aproveitem melhor as vantagens desse sistema de pagamento. A fiscalização dos gastos com cartões foi pedida pelos deputados Alberto Goldman (PSDB-SP) e Augusto Carvalho (PPS), que é distrital. Os dois suspeitaram do uso irregular dos cartões corporativos por funcionários do governo. As suspeitas abrangiam despesas reservadas que estariam sendo feitas pela Presidência da República. Mas o relator do processo no TCU, ministro Marcos Vilaça, considerou que houve “imprecisão” nas notícias que trataram do assunto. Ele lembrou que as despesas reservadas são legais, legítimas e “necessárias em determinadas situações”, e previstas no Orçamento-Geral da União. Disse que não há vínculo entre despesa reservada e cartão corporativo e viu até alguma incompatibilidade entre as duas coisas, já que o uso do cartão implica alguma publicidade. Os cartões corporativos foram adotados em 1998 no governo, mas se expandiram a partir de 2001, destinando-se a pagar pequenas despesas que eram feitas em dinheiro, sob a denominação de suprimentos de fundos. O total de despesas de pequeno porte com cartões atingiu R\$ 200 milhões em 2001; R\$ 226 milhões em 2002; R\$ 125 milhões em 2003 e R\$ 53 milhões até agosto de 2004. Deste total, foram gastos com cartões, só para compras, sem envolver saques, R\$ 2,4 milhões em 2002; R\$ 3,8 milhões em 2003 e R\$ 3,9 milhões até agosto de 2004. O aumento do uso de cartões foi acompanhado de redução no uso das contas bancárias. “A conclusão é razoável e demonstra que o cartão de crédito está tendo, sob esse aspecto, uma utilização adequada, na medida em que não provocou aumento de gastos e, por outro lado, trouxe ganhos de transparência”, concluiu Vilaça. Em 2003 os saques com cartões corporativos atingiram 59% das despesas das entidades registradas no Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi) e em 2004 está em 57%. Quando incluídos os saques, as faturas sobem

de R\$ 3,8 milhões para R\$ 9,2 milhões em 2003, e de R\$ 3,9 milhões para R\$ 8,9 milhões até agosto de 2004. Na Casa Civil da Presidência da República, esse percentual ficou em 38% até agosto, segundo o TCU.

Exigências

O tribunal exigiu que esses saques sejam feitos apenas em último caso, e com autorização do ordenador de despesas. Determinou ainda alterações no Siafi para que seja possível o lançamento mais detalhado das despesas. Foi decidida ainda a uniformização de procedimentos no Ministério do Planejamento e na Secretaria do Tesouro sobre esse assunto, pois as regras hoje são divergentes. Outra preocupação do TCU é que se criem normas para evitar o parcelamento de despesas, para evitar que sejam feitas compras de valores mais elevados, que em condições normais seriam feitas por licitação.

(O Estado de S. Paulo - 11/11)

Audidores do TCU vêem falha na fiscalização da Anatel

Mônica Tavares

A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) não tem informações sobre se as metas de universalização da telefonia fixa, previstas nos contratos de concessão, foram cumpridas pelas empresas do setor — Telemar, Brasil Telecom, Telefônica, Sercomtel e CTBC Telecom. Esta foi uma das constatações dos auditores do Tribunal de Contas da União (TCU). No relatório, os técnicos afirmam que “a Anatel não dispõe atualmente de meios para detectar se as metas estão sendo efetivamente cumpridas, ou mesmo se foram antecipadas”. A assessoria da agência informou que a Anatel não vai se pronunciar porque não foi notificada pelo TCU. No relatório, os técnicos também ressaltaram que a antecipação de metas das empresas, que lhes permitiu prestar outros serviços de telecomunicações, significou aumento de receita. Segundo dados obtidos pelo TCU no site da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a receita da Telemar, que antecipou as metas, passou de R\$ 58,8 milhões em 2002 para R\$ 280,4 milhões no ano passado.

TCU: tecnologia usada pela Anatel está defasada

Os ministros do TCU determinaram que a agência apresente, em 180 dias, um plano de reformulação da fiscalização das metas. O órgão fez uma auditoria no processo de fiscalização da Anatel no período de 4 de

agosto de 2003 a 27 de fevereiro deste ano. OTCU estabeleceu que a fiscalização das metas, a partir da renovação dos contratos de concessão das empresas de telefonia em 2006, utilize “procedimentos que assegurem a validade técnica das conclusões”. Um dos problemas verificados pelos auditores foi que, nos dados enviados pela Anatel em setembro de 2003, não havia qualquer registro de telefone público no estado de Tocantins. Além disso, 220 orelhões estavam duplicados e seus endereços não eram precisos. Para os técnicos do TCU, “é paradoxal que uma agência que regula e fiscaliza um dos setores mais dinâmicos em tecnologia utilize técnicas defasadas”. Eles disseram que a Anatel terá de desenvolver um Sistema de Informações Geográficas.

INSS falha ao cobrar dívidas

De acordo com o TCU, falta de pessoal especializado prejudica a arrecadação do instituto

Lúcio Vaz e Lilian Tahan

Auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU) alerta sobre o exagerado crescimento das dívidas que o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) tem a receber. E o pior: são débitos de baixo índice de recuperação, mesmo os cobrados judicialmente. Mantida essa tendência, seriam necessários 138 anos para saldar a atual dívida cobrada judicialmente — R\$ 87,4 bilhões. Nos exercícios de 2001, 2002 e 2003, a recuperação dos débitos sobre o total inscrito em dívida ativa foram de 0,11%, 0,29% e 0,19%, respectivamente — percentuais considerados muito baixos pelo tribunal. O documento do TCU concluiu que atualmente a dívida do INSS supera os R\$ 122 bilhões. O parecer do relator, Ubiratan Aguiar, mostrou que a Região Sudeste tem cerca de 65% do total de recursos que a Previdência têm para receber. O setor privado é o que mais acumula dívidas, com 86,7% do total dos créditos a receber. O setor público é responsável por 13,3% do valor devido ao INSS. Segundo as conclusões que constam no relatório, os valores parcelados representam pouco mais de 5% do total da dívida. O documento mostra também uma variação no uso do parcelamento feito pelos devedores. De 2001 até o final de 2002, o valor utilizado com essa modalidade de pagamento esteve na casa dos R\$ 60 milhões. No terceiro trimestre de 2002, no entanto, esse valor subiu para R\$ 200 milhões. E, depois, no final de 2003, caiu para R\$ 40 milhões. O aumento dos parcelamentos foi motivado pela adesão de órgãos públicos como a Secretaria da Receita Federal e a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, além de entidades públicas (Dataprev e o Serpro) às medidas de arrecadação do comitê gestor do Programa de Recuperação Fiscal, o Refis — destinado a incentivar o parcelamento de débitos fiscais. A queda na arrecadação é o resultado da inadimplência dos órgãos que, quando aderiram ao Refis, eram imediatamente tirados da condição de devedores ativos da Previdência e, ao se desligarem, voltavam para a lista de devedores. Apesar do alto índice de inadimplência, os dados do relatório do TCU apontam que menos de 10% do total de créditos são considerados de difícil recuperação. A conclusão foi possível pela metodologia do trabalho dos técnicos do tribunal, que dividiram os créditos por categorias: judiciais, administrativos, parcelados ou não, vinculados ao setor público ou privado. Os auditores vinculam o alto índice da dívida previdenciária com as deficiências administrativas do órgão. Uma delas é a insuficiência de pessoal, especialmente nos setores responsáveis pela organização da cobrança de créditos. Outra fragilidade detectada no documento é a falta de um banco de dados atualizado sobre a situação da dívida previdenciária. Os técnicos sugerem que o órgão elabore um cronograma para organizar os dados. Os ministros do TCU determinaram que a área técnica do INSS apure e sane as falhas que impedem o pagamento dos créditos à Previdência Social. Gastos do CNPq - O procurador-geral do Ministério Público no Tribunal de Contas da União (TCU), Lucas Furtado, pediu uma investigação sobre o gasto dos diretores do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) com passagens aéreas. Reportagem publicada no Correio mostrou que cinco diretores do órgão gastaram R\$ 508 mil com passagens em 442 viagens durante um ano e meio. O presidente do CNPq, Erney Plessmann de Camargo, fez 56 viagens em finais de semana para São Paulo, onde tem casa e atividades na USP.

(Correio Braziliense - 27/11)